

Povos Indígenas no Brasil

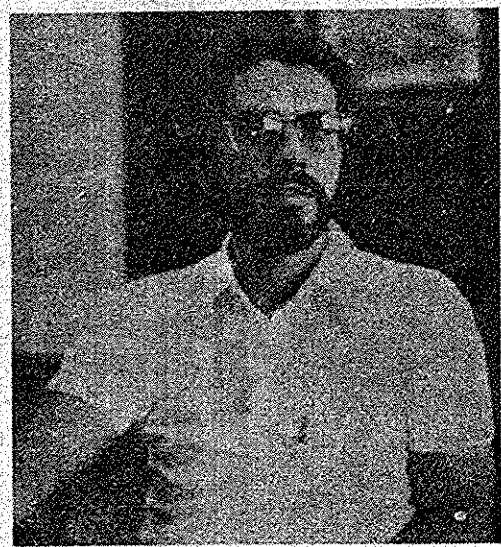
Fonte Journal do Brasil (Revista Nacional) Class.: 36
 Data 04/03/79 Pg.: 06

Habitat



Amazônia

Uma região em transe



MARINILSON PINHEIRO

Miranda Neto estuda o dilema da Amazônia

Uma constante preocupação vem afligindo o Brasil e o mundo todo: a situação da Amazônia. "Pulmão do mundo", como também é conhecida, a região vem sofrendo todas as intempéries e destruições que o homem pode causar, se defendendo como pode.

"Os tecnocratas do poder, detráis de suas mesas de trabalho, buscam soluções para os problemas da região, sem sequer conhecê-la, ditando normas e diretrizes para um povo que não tem o direito de escolher o melhor para si" — esta denúncia identífica o posicionamento assumido por Miranda Neto, economista e jornalista, além de profundo pesquisador e conhecedor dos problemas da Amazônia, em seu mais recente livro — "O Dilema da Amazônia".

Polêmico e destinado a quebrar mitos e questionar intervenções, provocando debates, a fim de estimular a criatividade em busca de novas soluções para a problemática da região, o "Dilema da Amazônia" é um livro fascinante e facilmente inteligível, pela sua linguagem clara e objetiva.

Professor de Economia Amazônica, possuindo o curso de Mestrado em Desenvolvimento Agrícola e com dois livros editados ("A Foz do Rio-Mar" 1968, e "Marajó: desafio da Amazônia", 1976), Miranda Neto fala de seu novo trabalho:

— Divido o livro em seis pontos básicos: "O mito da eficiência da grande empresa agropecuária; O mito do Estado mediador; O fechamento da fronteira agrícola na Amazônia; Os paradoxos do planejamento — a tecnoburocracia estatal; e o Dilema da Amazônia — necessidade de uma séria reavaliação". Na realidade o "Dilema da Amazônia" é um livro polêmico que não pretende apontar soluções, mas fazer refletir sobre um dos mais sérios problemas da atualidade brasileira: o homem da Amazônia.

Como sr. encara a mitificação da grande empresa agropecuária, quando se sabe, através de dados oficiais, que é o pequeno agricultor o responsável pelo abastecimento de alimentos aos centros urbanos?

— O grande problema que se vê no mito da eficiência da grande empresa agropecuária está ligado justamente ao mito do Estado mediador, que faz com que toda a economia regional esteja atrelada (através da política de

integração nacional e, por consequente, da política de incentivos fiscais) ao Centro-Sul e à economia mundial, sobretudo à economia do Ocidente. Isso faz com que o Estado tome sempre partido da grande empresa e faça a sua política econômica de acordo com sugestões, orientações e idéias desses empresários influentes. Esse empresariado tem tanta influência que foi esta elite que sugeriu a primeira política de incentivos fiscais para o Nordeste, ainda no tempo de Celso Furtado. Foi nessa época que os empresários sugeriram esse engenhoso mecanismo de transferir recursos de uma área para outra, mas no fundo abrindo o mercado para produtos do Centro-Sul, fazendo com que grande parte dos incentivos aplicados retornasse ao local de origem, isto é, a São Paulo, principalmente. Assim, com essa perspectiva histórica, se pode compreender melhor uma série de iniciativas, como a Zona Franca de Manaus, como a política de incentivos fiscais para a Amazônia, a própria política de integração nacional, e de que maneira isso se entrosou na doutrina da Escola Superior de Guerra e na ideologia da Segurança Nacional. Tudo isso faz parte de um conjunto de medidas coerentes com a centralização política e econômica em torno do poder da União, que faz com que a região fique, cada vez mais, dependente do poder central.

O sr. acha que existe uma tomada de consciência do povo da Amazônia em relação aos problemas da região?

— Sim, acho. No momento atual da evolução política e social da Amazônia, existe uma conscientização de sua população sobre os problemas que a afligem e, sobretudo, dos problemas que fazem com que ela não mas aceite o discurso oficial. Assim vemos a juventude criticando, analisando, ponderando e debatendo em público. Esse debate é muito importante, pois dele podem surgir novos caminhos, soluções, propostas promissoras. Além disso, acho que o próprio Governo está reconhecendo a necessidade de modificar o enfoque, fazendo uma reavaliação, inclusive de conceitos, para não prejudicar não só a imagem interna como, sobretudo, evitar que um problema como a Amazônia se torne internacional. Por exemplo: a influência do desmatamento na Amazônia,

na modificação climática — não só no Brasil como no mundo — é quase que diariamente denunciada em público. Então acho que precisamos dar a nós mesmos um atestado de competência, precisamos tomar uma atitude em defesa de interesses que, acima de tudo, são nossos, pois o que se esquece na Amazônia é que lá vive muita gente, gente que trabalha e sofre os problemas de região.

O Governo vem encomendando pesquisas sobre a Amazônia a técnicos estrangeiros, alijando sistematicamente os técnicos brasileiros. Como o sr. vê essa situação?

— O que é mais grave nisso tudo é que nós mesmos, os técnicos, somos culpados, em parte, desse alijamento, dessa marginalização. O que devíamos fazer era nos unir, nos conscientizar dos problemas e divulgar o fato abertamente, denunciando os projetos em que técnicos de outras áreas estão tendo prioridades e maior valorização do que os técnicos da própria região. E mostrar que nós conhecemos, que nós temos uma experiência maior, que nós temos vivência da área, e que isso só pode ser útil para a executabilidade do projeto. A não ser que queiram fazer projetos só no papel e que nunca sejam realizados.

— Quanto às intervenções políticas, nós não somos tão ingênuos de acreditar que tudo isso ocorre ao caso, ou pela nossa "falta" de competência. Na realidade isso ocorre porque nós temos compromissos financeiros externos, e, infelizmente, os órgãos de desenvolvimento da região preferem contratar firmas de renome internacional, que mandam seus técnicos à região por dois ou três dias, e subcontratam serviços de técnicos e estagiários do local, que se submetem a salários vis. Essa situação deplorável faz com que jamais apareçamos como responsáveis pelo projeto, quando na realidade o deveríamos ser, unicamente.

Um dos itens importantes do seu trabalho se refere ao fechamento da fronteira agrícola na Amazônia. O que vem a ser esse fechamento?

— Recentemente a fronteira agrícola foi "fechada" pela ocupação improdutivo, que visava, apenas, à especulação fundiária. Assim as empresas compravam terras, expulsavam os camponeses e tentavam ne-

gociar essa terra, no futuro, com boa margem de lucro. Já não há mais terra sem dono, como há dois ou três anos atrás, quando camponeses expulsos de suas regiões de origem, buscavam a reorganização de suas atividades produtivas. Mas para onde irá essa população se os setores industrial e de serviços não poderão absorvê-la e se não há mais possibilidade de incentivar a migração para a fronteira agrícola, agora fechadas? Uma alternativa seria a de abandonar os subsídios ao capital e incentivar o próprio fator trabalho, o que não significa a volta à enxada. Significa, sim, a criação de uma infra-estrutura capaz de sustentar toda uma problemática da mão-de-obra rural, em confronto com a tecnologia imposta pelos monopolizadores da terra.

Outro item importante é a incoerência nas atitudes do Estado para com o planejamento regional, que tem seis paradoxos:

O primeiro é que, de um lado, o Estado facilita e racionaliza o processo de acumulação; quer dizer, facilita que o Centro-Sul acumule recursos, em detrimento, por exemplo, da Amazônia. E, por outro lado, quer garantir as bases do processo democrático, de abertura, não se esquecendo, também, do abalo que sofre pela intervenção do Estado capitalista na economia e pela concentração da renda, de poderes, facilitando o próprio processo global de acumulação capitalista.

O segundo paradoxo é que, por um lado, as políticas estão sendo dispostas nos documentos de planejamento; e, por outro, os organismos de planejamento estão sem poder político. Quer dizer, não adianta se resolver no papel se não se dá força aos organismos de planejamento para a execução do proposto.

O terceiro paradoxo está no desenvolvimento de mecanismos de acompanhamento, controle e avaliação para execução de um plano de trabalho, que a priori já se apresenta sem viabilidade política e, portanto, sem implantação efetiva esperada.

O quarto paradoxo está na separação entre o organismo de planejamento e de execução, o que provoca uma contradição na elaboração e legitimação de um plano de desenvolvimento econômico e social, pressupondo um

mecanismo democrático de participação e representação política que se vê atrofiado pela própria expansão da burocracia pública e pela separação entre grupos que concedem planos de desenvolvimento e os que devem executá-los.

O quinto paradoxo é que os planejadores apresentam dificuldades significativas de pensar estrategicamente e de decidir entre alternativas. Na realidade, o que existe é uma falta de coerência e globalidade dos planejadores, que só visam o lado econômico, se esquecendo do lado político, social, etc.

O sexto e último paradoxo é que o projeto, instrumento do planejamento, depende de outros de nível macro. É lógico que a inoperância ou falta de efetividade dos instrumentos de nível macro compromete a formulação dos projetos. Quer dizer, o projeto é o nível mais baixo do planejamento, o nível micro, e quando se tenta desvincular o projeto de toda a elaboração macro, na verdade, separam-se coisas que deveriam estar interligadas. Outro problema é que todo projeto, a nível da burocracia pública, cria uma falsa concepção de planejamento, ao fazer crer que as atividades postas segundo um manual significam atividades planejadas.

— Atualmente, como o sr. vê o dilema da Amazônia?

O dilema da Amazônia é, no momento atual, gravíssimo. De que maneira fazer com que uma região, que está sendo objeto de uma integração nacional e atrelada a um capitalismo mundial, possa defender seus interesses, discutir, se conscientizar, e sua população possa contribuir e, sobretudo, se beneficiar dos frutos de seu próprio desenvolvimento? Ora, se ela contribui para o desenvolvimento, ninguém melhor do que a própria população para auferir os benefícios e os frutos desse desenvolvimento. Agora, realmente, sabemos que não é fácil conciliar esses interesses conflitantes. Não devemos ser ingênuos, nacionalistas fanáticos e nem teóricos marxistas, que querem, sem conhecer a região, elaborar teorias sofisticadas sobre a realidade regional. O que se deve fazer, antes de tudo, é conhecer a região, inquirir a população, conviver com ela e, sobretudo, fazer com que ela participe do processo global de planejamento